

“Por que vim neste mundo: pra cuidar dos outros” – Escrivência como Mote para Reflexões Interseccionais sobre o Trabalho de Cuidado

"Why I Came into This World: To Care for Others" – Escrivência as a Lens for Intersectional Reflections on Care Work

"Por qué vine a este mundo: para cuidar de los otros" – Escrivência como Eje para Reflexiones Interseccionales sobre el Trabajo de Cuidado

RESUMO

A Escrivência, aqui, é uma epistemologia insurgente, capaz de romper com a objetividade hegemônica e reinscrever histórias invisibilizadas. Nasce do gesto de escuta atenta e afetiva, costurada pelas experiências de doze mulheres negras do interior de Minas Gerais, bem como a partir das realidades das autoras, cujas narrativas se fundem na construção da personagem Fátima. Essa figura, ficcional e real, opera como chave de leitura crítica das intersecções entre **processos de racialização, gênero, classe e território**. Na Escrivência, memória e emoção não são resíduos, mas ferramentas de conhecimento. Sua escrita denuncia as estruturas coloniais que naturalizam o trabalho de cuidado e, simultaneamente, revela opressões e supressões interseccionais. Ao narrar Fátima, reforçamos no ato de construção do conhecimento uma dimensão política, ética e coletiva. É ciência encharcada de vida.

Palavras-chave: Escrivência, interseccionalidade, feminismo negro, trabalho, cuidado.

ABSTRACT

Escrivência, here, is an insurgent epistemology, capable of breaking with hegemonic objectivity and reinscribing invisibilized histories. It arises from the gesture of attentive and affective listening, stitched together by the experiences of twelve Black women from the interior of Minas Gerais, as well as from the realities of the authors, whose narratives merge in the construction of the character Fátima. This figure, both fictional and real, functions as a key to critically reading the intersections between **processes of racialization, gender, class, and territory**. In Escrivência, memory and emotion are not residues but tools of knowledge. Her writing denounces colonial structures that naturalize care work and, simultaneously, reveals intersectional oppressions and silences. By narrating Fátima, we reinforce a political, ethical, and collective dimension in the act of knowledge production. It is science rooted in life.

Keywords: Escrivência, intersectionality, black feminism, work, care.

RESUMEN

Escrevivência, en este contexto, es una epistemología insurgente, capaz de romper con la objetividad hegemónica y reinscribir historias invisibilizadas. Surge del gesto de escucha atenta y afectiva, entrelazado por las experiencias de doce mujeres negras del interior de Minas Gerais, así como por las realidades de las autoras, cuyas narrativas se funden en la construcción del personaje de Fátima. Esta figura, tanto ficticia como real, funciona como clave para la lectura crítica de las intersecciones entre **procesos de racialización, género, clase y territorio**. En Escrevivência, la memoria y la emoción no son residuos, sino herramientas de conocimiento. Su escritura denuncia las estructuras coloniales que naturalizan el trabajo de cuidados y, simultáneamente, revela opresiones y supresiones interseccionales. Al narrar a Fátima, reforzamos una dimensión política, ética y colectiva en el acto de construcción del conocimiento. Es ciencia impregnada de vida.

Palabras clave: Escrevivência, interseccionalidad, feminismo negro, trabajo, cuidado.

Introdução

Este artigo nasce da Escrevivência de Fátima — mulher negra do interior de Minas Gerais, filha de um território quilombola e de uma história que não se cala. A partir de sua trajetória, olhamos para as intersecções entre raça, gênero, classe e localidade para compreender os sentidos do cuidado. Ancoradas no feminismo negro interseccional (Patrícia Hill Collins, 2022), buscamos compreender as dinâmicas de exclusão e dominação vivenciadas e narradas por mulheres negras em suas trajetórias laborais e existenciais. **Reconhecemos, ainda, que classificações historicamente construídas para ordenar corpos e lugares sociais seguem produzindo desigualdades que se inscrevem sobre sujeitos racializados, atravessando trajetórias continuamente moldadas pelas permanências do colonialismo (Kabengele Munanga, 2004; bell hooks, 2000).**

A partir da Escrevivência de Conceição Evaristo (2020), entendida como gesto político que costura memória, emoção e resistência, Fátima ganha corpo. Sua voz é tecida com as histórias de doze mulheres negras do interior de Minas Gerais, cujas narrativas se entrelaçam e revelam fissuras profundas em um tecido social que insiste em invisibilizá-las. Inspiramo-nos nas contribuições de Míriam Cristiane Alves, Ademiél de Sant’Anna Junior e Cecília Maria Izidoro-Pinto (2023) para estruturar o desenrolar narrativo da trajetória de Fátima, desdobrada em quatro atos.

Por meio dessa herança discursiva, refletimos sobre existências marcadas por múltiplas limitações e violências, que nos convocam a elaborar criticamente, sob a perspectiva do feminismo negro interseccional, os processos de opressão e supressão que exigem resistência e transformação (Collins, 2019a), especialmente no contexto do interior de Minas Gerais, localidade em que a história ainda expõe cicatrizes.

Entendemos, portanto, que, para escrever, é preciso uma escrita profundamente comprometida com a vivência, que serve tanto de inspiração quanto de ficcionalização (Evaristo, 2020). Nesse movimento, tecemos sobre as múltiplas camadas de nossas existências negras, entrelaçando as narrativas das entrevistadas às nossas próprias histórias pessoais, familiares e da localidade em que nos fundamos, desafiando as representações unidimensionais e simplistas que o conhecimento hegemônico frequentemente utiliza para nos reduzir a objetos de análise, perpetuando, assim, nossa invisibilidade (Evaristo, 2020).

Nesse caminho, a epistemologia feminista negra se ergue como resistência e reinterpretação. Ela rompe com a frieza cartesiana e nos leva a um território onde saber é corpo, memória e afeto. É mapa e denúncia: mostra as linhas invisíveis que costuram desigualdades (Collins, 2022). Ao acolher as experiências vividas e as emoções de sujeitos historicamente marginalizados da produção de conhecimento convencional, este arcabouço teórico, epistemológico e metodológico incorpora outras formas de saber e confronta a narrativa científica hegemônica, reposicionando no centro do debate histórias frequentemente negligenciadas (hooks, 2000; Sueli Carneiro, 2015; Ângela Figueiredo, 2020). Assim, as discussões que se seguem propõem um retorno às origens e raízes, ressaltando a centralidade das intersecções como chave para uma leitura situada de opressão e supressões.

Fátima, somos nós?

Este estudo foi construído a partir de um gesto metodológico comprometido com a escuta ativa, afetiva e situada de doze mulheres negras residentes no interior de Minas Gerais, com idades entre 25 e 81 anos. A seleção das participantes ocorreu por meio de redes de contato e da ampliação progressiva das indicações entre as próprias participantes, considerando como critérios de inclusão: autodeclaração como mulher negra, trajetória de vida vinculada ao interior de Minas Gerais, idade superior a dezoito anos e experiências relacionadas ao trabalho, cuidado, organização familiar, participação comunitária ou outras vivências que permitissem refletir sobre dinâmicas interseccionais atravessadas por processos de racialização, gênero, classe e território.

A pesquisa que deu origem a este estudo foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob parecer nº 5.951.324, em conformidade com as diretrizes éticas para pesquisas envolvendo seres humanos, assegurando às participantes o consentimento livre e esclarecido, bem como a confidencialidade durante todo o processo investigativo.

As narrativas das participantes do estudo foram analisadas com base em categorias emergentes, como os marcadores sociais da diferença¹, raça, classe, território e gênero, articulados ao cuidado, silenciamento, resistência e memória. Serviram como eixo analítico para a construção da personagem as narrativas das participantes do estudo e as memórias da primeira autora, que, costuradas em uma colcha de retalhos (Fernanda de Aguiar Zanola, 2023), resultaram em Fátima. Essa é uma personagem crítica e poética, chamada a transformar testemunho em resistência, palavra em subversão (Maria Nazareth Soares Fonseca, 2020) e que permitiu refletir, em contexto situado, sobre padrões convergentes de opressão interseccional.

Inspiradas nos ensinamentos de Conceição Evaristo, presentes principalmente em suas obras literárias, videoaulas e conferências, adotamos a Escrivivência como operador teórico-metodológico, entendendo-a como prática de enunciação insurgente, que desloca os limites entre ficção, testemunho e teoria. Ademais, encarna, no campo da ciência, a figura ancestral da Mãe Preta, figura ancestral que, mesmo escravizada, embalava não só os filhos alheios, mas também a esperança de um despertar. Sua palavra-ação sempre foi resistência, não para adormecer os filhos dos senhores, mas, como adverte Evaristo (2020), para acordá-los de seus sonos injustos.

Para tanto, a escrita deste estudo foi tecida a partir da inserção direta das autoras na narrativa, como mulheres negras do interior de Minas Gerais. Inscre-vi-vemos a partir do chão que conhecemos, de um território vivido, marcado por nossas memórias, pelas experiências familiares e pelas histórias de outras mulheres que atravessaram nossos caminhos. Logo, não somos neutras na construção teórica, narrativa e contextual de Fátima; somos corpos e vozes encarnadas na história que se conta e que, ao mesmo tempo, nos constitui.

Como premissa, recusamos a neutralidade e afirmamos a ciência como território de afeto e responsabilidade política (Evaristo, 2020). Fazemos uso do conhecimento ancestral proposto por Conceição Evaristo a partir de uma escrita encharcada de memória e resistência

¹ Mobilizamos raça, gênero e classe como estruturas históricas e socialmente produzidas que atravessam corpos, trajetórias e experiências, organizando hierarquias, distribuindo lugares de poder e sustentando formas persistentes de dominação. Enquanto a categoria raça, historicamente mobilizada como instrumento de classificação social, opera na produção de sujeitos racializados e experiências marcadas por violências históricas, gênero regula expectativas e papéis socialmente atribuídos, e classe delimita possibilidades concretas de existência, acesso, reconhecimento e permanência nos espaços sociais (MUNANGA, 2004; hooks, 2000).

(Alves; Sant’Anna; Izidoro-Pinto, 2023), que reivindica o corpo, a palavra e a ancestralidade como fundamentos do saber. É desse lugar que nasce Fátima: mulher negra, filha de quilombo, feita de muitas vozes. Não é uma só; é síntese crítica das doze histórias que escutamos. Fátima é personagem ficcional de denúncia, mas também de possibilidade: abre frestas para outros modos de narrar o mundo e de nele existir.

Primeiro ato – origens, raízes e tensões

Aos 79 anos, Fátima ora diante da televisão, enquanto o ambiente exala devoção — santos, medalhas, o cheiro de vela e de café requentado. Com tranças nagôs presas com grampos, resgata a labuta que começou muito cedo. Fátima é fruto de uma família numerosa, composta por oito irmãos. Até os treze anos, compartilhava sua moradia com seus pais e a avó, chamada Sá Ana. A sua residência era uma modesta construção de pau a pique, situada no Curralinho dos Paula, um quilombo nas proximidades de Resende Costa, Minas Gerais.

Com a morte da mãe, na véspera do dia de Nossa Senhora da Conceição, a família se desfez. A avó, sem condições de criar os netos, entregou cada um a famílias da região. Fátima foi confiada a uma viúva de ferroviário, que a levou para uma cidade distante do quilombo, sob o pretexto de precisar de ajuda de uma “mocinha” para cuidar da casa. Fátima, que nunca havia deixado a região do quilombo, após a separação, encontrou-se morando em um local que, para ela, era tão grande quanto uma capital.

Na casa da senhora, viveu até os trinta e oito anos. Segundo Fátima, era considerada da família. Cresceu junto com Dida, a filha mais velha da senhora, com quem compartilhava o mesmo quarto, com Dida ocupando a cama de viúva e Fátima dormindo em um colchão modesto no chão. Rapidamente, aprendeu o seu lugar naquela casa, sua melhor habilidade. Era da família, mas uma parente distante. O que mandavam, ela fazia. Lavava, passava, ‘cosia’ as roupas, tirava o pó da casa todo santo dia. Sempre foi muito caprichosa, assim como a mãe e a avó, que cultivavam o chão de terra batida sempre limpo e molhado. Sem uma poeirinha sequer.

Os sentidos do trabalho de mulheres como Fátima, quando analisados a partir da experiência histórica das mulheres negras, revelam que essa atividade nunca foi neutra nem natural. Esse contexto produz uma matriz de dominação formada por intersecções entre hierarquias racialmente construídas, classe, gênero e território. Para Collins (2019b), essa compreensão fornece um espaço para entender as representações e dinâmicas históricas que vinculam a inclusão ou exclusão de grupos nas dinâmicas sociais, revelando os meios pelos

quais determinados indivíduos vivenciam diferentes níveis de privilégios, enquanto outros são apartados de direitos essenciais.

Fátima expressa experiências de mulheres negras que, desde o início da escravidão, têm o seu trabalho marcado pela atividade compulsória e pela exploração econômica brutal, sendo avaliadas prioritariamente por sua força produtiva (Lélia Gonzalez, 2020). Nesse contexto, manifestam-se relações de opressão e privilégio, estruturadas por uma dialética interseccional (Collins; Sirma Bilge, 2021), que permite compreender as desigualdades para além das explicações restritas às teorias econômicas neoclássicas. Estas, ao reduzirem as diferenças sociais à capacidade individual, ignoram os marcadores estruturais da diferença que moldam experiências sociais (Irene Browne; Joya Misra, 2003). Ademais, evidencia-se a pretensão contraditória de um deslocamento de mobilidade de classe, bem como a cidadania parcial experimentada nas famílias receptoras (Rhacel Parreñas, 2015).

Conforme destaca Angela Davis (2016), com o advento do capitalismo industrial, a separação entre casa e fábrica intensificou a desvalorização estrutural do trabalho doméstico, considerado improdutivo por não gerar lucro. Assim, o trabalho reprodutivo e de cuidado passou a ser socialmente marcado como inferior, invisibilizado, repetitivo e desprovido de valor criativo, aprofundando desigualdades de raça, classe e gênero. A figura da cuidadora e também da trabalhadora doméstica reproduz funções historicamente atribuídas às mulheres negras, como merendeiras, serventes e cuidadoras, consolidando um lugar social marcado pela subordinação (Gonzalez, 2020).

No caso de Fátima, a ausência de alternativas a conduziu, ainda na adolescência, à ocupação de trabalhadora doméstica, estabelecendo uma relação de dependência com a família branca de classe média que a acolheu. Essa condição reforçou, de maneira contínua, a internalização de um papel marcado pela inferioridade e obediência, naturalizado ao longo de gerações. Sua trajetória evidencia como a experiência profissional de mulheres negras é historicamente estigmatizada e vinculada à subalternidade, como legado de um sistema colonial e patriarcal. Essa lógica se expressa, por exemplo, na associação do serviço doméstico ao “trabalho sujo”, atribuído a mulheres negras, pobres e periféricas (Mignon Duffy, 2007).

Na atualidade, mesmo com os avanços recentes impulsionados por mobilizações políticas em defesa de uma regulação estatal mais robusta, voltada a garantir melhores condições e direitos (Louisa Acciari, 2021; Joaze Bernardino-Costa, 2014; Encarnacion Gutierrez-Rodriguez, 2014), essas profissionais ainda são impactadas por um status quo persistente. Tal estrutura social continua a atribuir a elas, de forma quase exclusiva, a responsabilidade pelas tarefas de cuidado, tratadas como atividades subvalorizadas,

naturalizadas como femininas e majoritariamente associadas a corpos negros (Gutierrez-Rodriguez, 2014).

É relevante destacar que, no cotidiano, muitas de nós ainda nos deparamos com expressões como “essa aí nasceu com o pé na cozinha” ou somos submetidas, de forma autoritária, à imputação de tarefas braçais, mal remuneradas e desvalorizadas em nossas trajetórias profissionais. Com frequência, somos encarregadas de funções consideradas básicas ou invisíveis por outros grupos sociais. Essas práticas estão enraizadas em colonialidades persistentes (Glória Anzaldúa, 2000; Aníbal Quijano, 2005; Gutierrez-Rodriguez, 2014), que sustentam dinâmicas discriminatórias e reproduzem as marcas profundas de uma nação fundada sob os pilares da escravização (Acciari, 2021; Gutierrez-Rodriguez, 2014; Parreñas, 2015).

Dados recentes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2025) revelam que o trabalho doméstico e de cuidados no Brasil permanece profundamente marcado por condições precárias, caracterizadas por baixos rendimentos, limitada proteção social, discriminação persistente e frequentes casos de assédio. Atualmente, cerca de 69,9% das pessoas que atuam nesse setor são mulheres negras, e 93,9% do total de trabalhadoras de cuidado e serviços domésticos são do sexo feminino. Além disso, 52,4% dessas mulheres negras não concluíram o ensino médio, evidenciando a forte correlação entre baixa escolaridade, raça e inserção em ocupações historicamente desvalorizadas. A trajetória de Fátima reflete concretamente essa realidade, sintetizando em sua experiência de vida uma série de desigualdades que os dados apenas esboçam (IPEA, 2025).

Esta lógica interseccional reforça-se na localidade onde Fátima constrói sua narrativa, em um município do interior do sul de Minas Gerais, marcado pela exploração aurífera, pela colonização bandeirante e pela influência religiosa na formação educacional, contexto que contribuiu para a produção de formas específicas de silenciamento e exclusão das populações negras. A memória “oficial” apaga a presença de quilombos, revoltas, fugas de escravizados e manifestações culturais forjadas nos processos violentos de escravização e deslocamento forçado de povos africanos (Afonso Graça Filho; Fábio Pinto; Carlos Malaquias, 2007). Essa omissão histórica reverbera em desigualdades atuais: embora mulheres negras representem cerca de um quarto da população, estão entre as mais afetadas pela precariedade no acesso à renda, ao serviço público e à educação superior (IPEA, 2025).

A matriz de dominação ilustrada na narrativa evidencia dinâmicas que se estendem para além dos limites estatais e legais, manifestando-se de forma intensa no interior das residências. Nesse espaço privado, a regulamentação se mostra frágil e insuficiente diante das complexas relações estabelecidas entre as trabalhadoras e seus empregadores. Essa realidade revela o

descumprimento sistemático de direitos e a vigência de um código de conduta culturalmente naturalizado, no qual as desigualdades de gênero, classe e **hierarquizações racialmente produzidas** tornam determinados corpos especialmente vulneráveis à violação de direitos fundamentais (Bernardino-Costa, 2014). Fátima sintetiza essa lógica ao afirmar que “aprendeu o seu lugar, o que mandavam ela fazia” — submetida a uma rotina de atividades laborais, de cuidado e afeto, realizadas sem contrapartida financeira, apenas em troca de abrigo e alimentação.

Segundo ato – exclusão, devoção e relação afetivo-laboral

A única coisa que a senhora não deixava Fátima fazer era cozinhar. Acredita que essa restrição era motivada pelo orgulho — não gostavam de preto perto das comidas ou das visitas importantes. Também a mandavam lavar as mãos constantemente antes de tocar nas crianças, que, por muito tempo, tiveram medo dela.

Relembra que a matriarca costumava esconder as comidas em um armário trancado, incluindo queijos, doces de frutas, leite em pó, achocolatado e pães. **A Fátima era permitido apenas comer** um pão por dia, um prato de comida no almoço e outro na janta — o restante, nem pensar.

Desde o início, à "cuidadora", título que ela adota para si, não era concedido assento à mesa, sendo direcionada para o terreiro da casa. Uma vez, ao esquecer-se do seu lugar, recebeu um tapa no rosto que a fez tombar no chão. Segundo Fátima, o golpe não foi tão violento, levando em conta que era uma moça franzina.

O terreiro da casa exibia um gramado e várias plantas. Com o passar do tempo, tornou-se seu local predileto, chegando a desenvolver um carinho especial pelo pé de jabuticaba. Ali, realizou todas as suas refeições ao longo dos anos.

Ao vasculhar os enfeites que estavam acima da televisão, Fátima resgata uma fotografia da senhora que a retirou de sua terra natal. Não podemos ignorar o aspecto racial, pois aquela mulher apresentava todos os traços de uma típica colonizadora: pele rosada, ombros largos, cabelos lisos e brancos, rosto severo e um crucifixo no peito.

De maneira quase automática, ela acendeu uma vela e posicionou a fotografia entre tantos outros santos no altar. Ao fixar o olhar, Fátima reforçou para a companheira de oração que, apesar de “orgulhosa”, a senhora foi bondosa. Confessa ali que reza diariamente por sua alma.

No final de sua vida, foi Fátima quem retornou para zelar e tratar de suas feridas. O orgulho foi deixado de lado, chegando ao ponto de depender da comida preparada por ela, já que todos os familiares a haviam abandonado.

Mulheres como Fátima, mesmo após o fim formal da **escravização**, continuaram sendo uma das principais fontes de sustento para inúmeras famílias brasileiras. No entanto, essas mulheres seguem sem o devido reconhecimento como protagonistas de suas trajetórias, tendo seus papéis historicamente negligenciados (Juliana Teixeira, 2021). Além disso, personificam uma relação afetivo-laboral complexa, marcada por ambivalências. Na perspectiva da Escrivência, essa tensão se evidencia na dualidade entre a "gratidão" e as opressões interseccionais sutilmente disfarçadas, reveladas quando Fátima recorda: “não gostavam de preto perto das comidas ou das visitas importantes (...) costumava esconder as comidas em um armário trancado (...) não era concedido assento à mesa”.

Segundo Gutierrez-Rodriguez (2014), as trabalhadoras domésticas, de forma involuntária, envolvem-se em relações afetivo-laborais simplesmente por habitarem o espaço doméstico. Assim, são (in)diretamente atravessadas pelos sentimentos que circulam no lar e participam cognitivamente das práticas emocionais que ali se desenvolvem. Tal dinâmica evidencia um roteiro de representação e (re)conhecimento mediado por significados sociais que expressam, de forma interligada, a feminização e a racialização dos corpos. Nesse contexto, sobressai o caráter produtivo do cuidado e sua centralidade na dinâmica da reprodução social, ao mesmo tempo em que se tornam visíveis as expressões de assimetrias sociais e as articulações de desigualdades em escala global.

Reverbera também uma ética de servidão que produz laços de dependência, seja pelo abrigo oferecido ou pela possibilidade de inserção no contexto familiar. No entanto, essa proximidade convive com uma distância simbólica expressa por mecanismos sutis, e outros nem tão sutis, de exclusão e inferiorização (Kia Lilly Caldwell, 2007). O corpo negro de Fátima é associado à impureza e ao não pertencimento **aos** espaços valorizados da casa, como a cozinha ou os eventos sociais. Há uma vigilância constante sobre sua presença e seus gestos, como se seu corpo representasse uma ameaça à higiene e ao bem-estar da família. A exclusão manifesta-se, ainda, na negação do direito à partilha: Fátima não podia sentar-se à mesa, sendo relegada ao lado externo da casa, um espaço rigidamente demarcado, imposto como forma de punição. Embora esse lugar tenha sido posteriormente ressignificado por ela como um espaço de afeto e contemplação, continua carregando o peso simbólico da exclusão, da violência física e da violência simbólica (Caldwell, 2007).

Da mesma forma, a reverência prestada à fotografia da empregadora, incluída no altar entre santos, não apaga os traços coloniais e autoritários que marcam a figura da “senhora”, descrita com atributos de poder racial e social. Mesmo no momento de fragilidade da ex-empregadora, a desigualdade estrutural entre ambas permanece latente e incontestada. Relembramos que práticas de deferência, como chamar as trabalhadoras domésticas de “meninas” ou, **no caso específico observado**, de “mocinha”, também favorecem a objetificação, pois permitem que os empregadores as tratem como crianças, percebendo-as como seres humanos menos capazes (Collins, 2019b). Além disso, reforçam os binarismos nos quais determinados sujeitos exercem domínio sobre os corpos objetificados (hooks, 2000), sustentando os alicerces das opressões interseccionais que se estruturam a partir de diferenças construídas por meio da oposição, da objetificação e da hierarquização social (Collins, 2019b).

Desse modo, embora viva na condição de interna, Fátima é percebida como uma estrangeira, uma figura externa, uma *outsider*, no espaço da família que a abriga (Collins, 2016). Essa lógica sustenta a construção de imagens de controle que refletem a dimensão ideológica da opressão e servem à manutenção dos interesses de grupos dominantes. Nesse contexto, determinadas qualidades supostamente inerentes às mulheres negras são mobilizadas para justificar sua subordinação (Collins, 2019b). A persona de Fátima aproxima-se do estereótipo do serviçal fiel e obediente, cuja figura remete à babá negra escravizada, abnegada e emocionalmente devotada, similar à construção da “mãe preta” no imaginário brasileiro (Evaristo, 2020). Essa imagem atua como mecanismo de legitimação da ideia de que o trabalho doméstico das mulheres negras é natural, altruísta e inerente ao seu próprio valor. Embora se reconheça como “cuidadora”, Fátima reproduz um comportamento de aceitação do “lugar” socialmente imposto, reafirmando sua subordinação. Nesse sentido, pouco se diferencia da figura da “mucama” dos tempos do regime escravocrata (Gonzalez, 2020; Evaristo, 2020).

Ademais, a experiência de Fátima carrega inferências da imagem da “mula” ou do “animal”, estereótipo que desumaniza as mulheres negras ao associá-las a uma força de trabalho incansável, silenciosa e sem direitos, quase como um animal de carga. **Essa imagem a posiciona também como alguém** que trabalha como um animal sem reclamação, reforçando a naturalização da sua exploração laboral. Esses mecanismos operam para naturalizar a opressão das mulheres negras, seja no campo sexual, trabalhista ou afetivo, ao mesmo tempo em que sustentam a dominação do grupo hegemônico e reforçam hierarquias raciais, de classe e de gênero. Esse ideal, historicamente forjado para justificar a exploração econômica das mulheres negras, persiste como referência normativa para confinar mulheres como Fátima ao serviço

doméstico e, ainda hoje, serve como padrão para avaliar e controlar seus comportamentos (Collins, 2019b).

Apesar do discurso de Fátima estar atravessado pela gratidão, é imprescindível recorrer ao pensamento de Gonzalez (2020), que adverte sobre os riscos de interpretar essas dinâmicas nos lares brasileiros como simples expressões de “aceitação” ou “passividade”. No contexto nacional, como enfatiza a autora, essas mulheres historicamente não tiveram escolha. É necessário reconhecer, portanto, que as formas de resistência assumem múltiplas expressões, entre elas a “resistência passiva”. Sob essa ótica, os mecanismos de enfrentamento às opressões interseccionais, ou, conforme nomeado por Gonzalez (2020), a tríplice discriminação de gênero, raça e classe social, moldaram estratégias de sobrevivência e resistência, e longe de serem estáticas, construíram-se de forma dialógica e cotidiana, em constante negociação com uma sociedade capitalista cuja neurose cultural encontra, no racismo, um de seus sintomas mais evidentes (Gonzalez, 2020).

Nesse sentido, o feminismo negro contribui para evidenciar os marcadores sociais da diferença como eixos estruturantes de desigualdade com raízes históricas profundas. Essas marcas foram sistematicamente forjadas para conformar e controlar as demandas sociais, culturais, estruturais e institucionais, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, fomentam práticas de cuidado coletivo, intencional e emancipatório. Tal contribuição, conforme argumenta Aisha Finch (2022), amplia os horizontes de um diálogo transnacional ao conceber abordagens capazes de reconfigurar relações sociais e promover a liberdade. Reconhecer esse legado implica compreender que as mulheres negras, em especial, são historicamente responsabilizadas por atividades não remuneradas e/ou subvalorizadas, reforçando a urgência de valorizar suas vivências, suas trajetórias e seus saberes (Premilla Nadasen, 2021). Ao final desta seção, reforçamos que figuras como Fátima ilustram intersecções e convocam à revisão crítica das narrativas normativas que insistem em invisibilizar a complexidade de nossas existências.

Terceiro ato - o preço do reconhecimento

Fátima retorna e inicia uma nova etapa da narrativa. Lamenta não saber ler, apenas assinar o nome. Orgulha-se, no entanto, de sua habilidade com números. Sabe fazer contas e dividir o ordenado. Conta também que, além da educação, lhe foi negado o direito ao matrimônio. Viu todos à sua volta casarem-se, enquanto ela permanecia solteira. Era considerada inadequada, em certo ponto, velha demais.

Um dia, Dida sugeriu que se casasse com Tonho, dono do armazém. Ele era solteiro, tinha renda e poderia garantir estabilidade. Dida era vista por Fátima como uma amiga à frente do tempo. Já havia se divorciado e sempre tinha soluções práticas, **naquele momento**, a intenção era arranjar o casamento para **que o ‘INPS’** (Instituto Nacional de Previdência Social) de Fátima fosse pago e, **no futuro, ela** conseguisse uma pensão. Ela não teve tempo para ponderar, nem mesmo precisou responder se concordava ou não. No dia seguinte, Tonho apareceu em sua porta. O namoro foi breve. Ele queria um casamento rápido, e assim foi feito.

Fátima conta que sonhava com casamento na igreja, mas Tonho recusou. Não queria gastar com igreja nem ser visto na rua com uma mulher preta. Apenas na cama. A narrativa adquire, nesse ponto, um tom amargo e sutilmente triste. Embora nada seja diretamente revelado, a solidão se insinua. Ao longo da descrição da sua trajetória de vida, são delineadas projeções de diversos pontos que, pelas expressões e sentimentos implícitos, evocam a profunda dor.

Em relação ao matrimônio, Fátima afirma que foi uma experiência positiva. Pela primeira vez, teve dinheiro em mãos. Nunca havia recebido dinheiro para cuidar de ninguém. Tonho era econômico, **mas, para ela, não deixava o básico faltar**. Dava presentes simples, mas inéditos: esmalte, batom, ‘panqueiques’. Foram dias bons — e breves.

No armazém, aprendeu a lidar com dinheiro. Devolver troco, contar ganhos. Logo, teve sua própria casa. Ela se tornou a ‘senhora’ de um lar, mas não tinha costume de ser senhora dela **mesma e**, para se sentir digna e reconhecer o seu espaço, mudava diariamente os móveis de lugar, incapaz de decidir qual disposição era a melhor. Contudo, a morte voltou a atravessar sua história. Dois anos após o casamento, Tonho teve um derrame e faleceu.

Com a morte, o armazém não foi **para frente, pois** lhe faltava habilidade de negociar. Nesse momento, foi aconselhada a fechar as portas, passar o ponto e buscar auxílio no ‘INPS’ para **garantir pensão**; a justificativa foi que ela não sabia lidar com papel e gente. Dida então tomou frente das burocracias e buscou recursos. Levou algum tempo, mas o benefício veio. O armazém foi alugado e Fátima, que não possuía recursos, passou a receber muito mais do que havia imaginado em sua vida.

Em resgate do debate anterior, construído a partir do argumento de Gonzalez (2020), **observam-se**, nas dinâmicas narrativas de **Fátima**, expressões silenciosas de resistência e agenciamento. O orgulho em saber lidar com os números, mesmo sem acesso à educação formal básica, reflete um ato de autovalorização. A tentativa de encontrar dignidade e reconhecer seu espaço ao tornar-se “senhora” de um lar, ainda que revele certa insegurança e dificuldade de decisão, traduz-se em um esforço simbólico de controlar seu contexto e afirmar sua presença. Nesse sentido, poder organizar os móveis, lidar diretamente com o dinheiro e, posteriormente,

tornar-se apta a receber direitos previdenciários constituem conquistas sutis, mas significativas, dentro de um sistema que a limita.

Entretanto, **essa dinâmica expõe novas nuances** interseccionais marcadas pelos entrelaçamentos entre política sexual e dominação racial, que atravessam a Escrivência de Fátima, uma mulher negra heterossexual. A combinação entre esses marcadores sociais da diferença reproduz uma normatividade da sexualidade estruturada por lógicas binárias e hierarquizantes. Nesse contexto, o desejo de afetividade é desconsiderado em função de papéis de gênero que a posicionam como passiva, submissa e devotada à manutenção do lar. Tonho, nesse arranjo, é construído como o sujeito ativo, enquanto Fátima é reduzida ao lugar da mulher negra sexualizada e domesticada. Trata-se de uma construção social que associa historicamente a sexualidade da mulher negra à servidão, à disponibilidade e ao silêncio, isto é, à manutenção produtiva e sexual no contexto privado ou doméstico (Collins, 2019a).

Essa dinâmica também evidencia a negligência do desejo feminino. A sugestão de casamento por parte de Dida não é movida por uma preocupação com a felicidade de Fátima, mas pela resolução de impasses burocráticos. A recusa de Tonho em casar-se na igreja ou ser visto publicamente com Fátima revela o estigma racial que paira sobre o corpo da mulher negra, reduzida a objeto sexual privado e indigna de reconhecimento público. Como aponta Gonzalez (2020), na neurose cultural brasileira, fundada no mito da democracia racial, basta um pequeno passo para que a mulher negra seja interpretada como uma “aberração”. Tal estigma recai também sobre seus parceiros, consolidando o binômio normal/desviante.

Da mesma forma, **refletem-se** os padrões falocêntricos que articulam a sexualidade feminina, os níveis desejáveis de exposição social e o lugar ocupado pelas mulheres negras em hierarquias de classe e cidadania. Assim, mesmo quando ocupa o papel de esposa, Fátima permanece estereotipada como a doméstica, a mucama autorizada, ou seja, o "burro de carga" que sustenta sua própria família e a dos outros (Gonzalez, 2020). Também ilustram a negação de sua autonomia corporal, do direito ao prazer e ao reconhecimento afetivo-social. Outros símbolos como os "presentes", interpretados como raros gestos de cuidado e atenção, contrastam com a frieza da transação matrimonial. Tais práticas reforçam a divisão racial e sexual do trabalho, determinada historicamente pelo interesse da elite masculina branca em controlar a participação social das mulheres negras (Collins, 2019a).

Nesse panorama, emerge a solidão afetiva como produto direto do racismo e do sexismo. Fátima, por vezes estigmatizada como "solteira", "velha demais" ou como alguém que carrega uma “solidão que se insinua”, expressa uma dor profunda que não é apenas individual. Essa experiência remete a uma dimensão coletiva da violência racial e de gênero, manifestada na

forma de violência psicológica, com impactos sobre a autoestima das mulheres negras (Carneiro, 2019; Collins; Bilge, 2021). Tal visão reforça que desconsiderar a variável racial na análise de gênero é ignorar os fatores culturais e estruturais do racismo que condicionam as violações dos direitos humanos de mulheres no Brasil. É essa lógica que sustenta a ideia de que certos corpos são menos humanos e, portanto, menos dignos de direitos (Carneiro, 2019).

É nesse ínterim que se insere a ambígua solidariedade de Dida, amiga descrita como à frente de seu tempo. Ela oferece suporte prático ao propor o casamento como solução para garantir a pensão, mas sua atitude também pode ser lida como instrumentalização de Fátima, ao impor uma decisão sem ouvir seus desejos. Essa ambiguidade revela as tensões entre estratégias de sobrevivência e a complexidade da solidariedade feminina em contextos marcados pela opressão estrutural. A imagem de Anastácia, evocada por Grada Kilomba (2020), é potente em ilustrar essa dinâmica: mulher negra escravizada, obrigada a usar uma máscara de ferro que a impedia de se alimentar e falar, símbolo da violência simbólica que silencia, desumaniza e controla.

Em Fátima, embora a máscara não seja literal, seus equivalentes simbólicos percorrem toda a Escrivência, refletindo indícios do apagamento público e do confinamento privado. A violência simbólica reaparece quando, após a morte de Tonho, Fátima é considerada incapaz de lidar com a burocracia — e só garante sua pensão por meio da mediação de Dida. Assim como Anastácia, impedida de posicionar-se através da fala, Fátima é reiteradamente privada de seus desejos, de sua autonomia e de seu direito ao reconhecimento social. Sua trajetória, marcada por interditos cotidianos, atualiza a pergunta exposta na obra de Kilomba (2020): quem tem o direito de falar? E, sobretudo, quem tem o direito de existir plenamente?

Quarto ato – cuidado como sinônimo de escravização moderna

Sem o marido, sem nenhum contato com sua família e distante daqueles que a trouxeram para uma cidade distante do saudoso quilombo, Fátima aceitou os desígnios de Deus e permaneceu sozinha na casa que Tonho deixou como herança. A vida ficou mais silenciosa ali: sem os rompantes do falecido marido, sem os amigos da antiga casa em que viveu, apenas ela e suas orações.

Em companhia da solidão, sempre que solicitado, cuida de alguém. **Coloca-se** pronta para ajudar os acamados, lavar roupas sujas dos conhecidos, cozinhar almoços festivos e tomar conta das crianças vizinhas. Fátima se sente útil quando pode cuidar de algo ou alguém. Foi por esse propósito que, durante um período de tempo, retornou **para** cuidar da antiga patroa.

Ao concluir sua íntima reflexão, Fátima revisita seus anseios e encerra sua contação dizendo: “Depois que o Tonho morreu, ficou essa casa. Olha pra você ver: é grande pra mim. Eu penso em vender, mas fazer o que com tanto dinheiro? Fui forte, resisti quieta e recebi a misericórdia. Eu que tanto cuidei, agora tenho um ordenado que dá e sobra. Às vezes, nem sei com o que gastar. Compro um Toddy, às vezes uma sandália nova e os remédios. Eu vivo hoje na companhia do rádio, dos padres da televisão, e sempre que aparece ainda pego umas roupas pra fora pra passar ou criança dos outros pra olhar. Quando chega, eu fico alegre. Lembro do porquê vim neste mundo: pra cuidar dos outros.”

Notamos que, inscrevi-vendo-se a partir de Fátima, uma figura transversal na vivência de corpos femininos negros, sua dinâmica de vida vai além do âmbito laboral, estendendo-se especialmente ao cuidado, majoritariamente protagonizado por pessoas que se identificam com o gênero feminino, em especial, por mulheres negras (Pascale Molinier, 2014). Essa prática está ligada a atender às necessidades físicas, emocionais e sociais, visando o bem-estar e proteção. Além disso, reflete uma linguagem enraizada que contribui para a criação de relações organizacionais e institucionais, conforme destacado por Molinier (2014).

A compreensão do "trabalho de cuidado" pode variar de acordo com o contexto e as múltiplas perspectivas que o envolvem. Em geral, atribui centralidade à empatia e à compaixão nas relações interpessoais, aspectos que conferem vitalidade a essas ocupações, essenciais para o funcionamento da sociedade e para o bem-estar coletivo. No entanto, apesar de sua relevância, essas práticas permanecem, com frequência, invisibilizadas, desvalorizadas e não remuneradas (Ana Lúcia de Faria; Adriana da Silva, 2021), o que contribui para a manutenção e a naturalização de estruturas de opressão.

Essa percepção funda-se, em primeiro momento, no vínculo exclusivo com o cuidado atribuído às mulheres. Em segundo lugar, ao restringir a prática ao âmbito doméstico, excluem-se outras formas de atividade de cuidado, o que culmina na subvalorização e na remuneração inadequada dessas práticas. Adicionalmente, ao definir o cuidado como uma ação emocional, criam-se expectativas irrealistas, especialmente para mulheres e pessoas negras, reforçando estereótipos prejudiciais sobre sua suposta "função" na manutenção da sociedade. Este cenário é particularmente problemático, pois a remuneração passa a ser fundamentada em um poder formado por raça, classe e gênero que está intrinsecamente ligado ao legado da escravidão. Além disso, auxilia na internalização da ideia de sacrifício, dificultando a busca por melhores condições e direitos (Nadasen, 2021).

Em direção a um paradigma neoliberal, no qual a produtividade se torna o critério para a distribuição de direitos, condiciona-se o valor “monetário” atribuído às pessoas de baixa renda

e à classe trabalhadora negra à sua função de servir e cuidar das classes média e alta, aprofundando, assim, as disparidades econômicas e raciais já existentes (Nadasen, 2021). Sob a perspectiva do feminismo negro, **emergem** reconfigurações de resistência e novos paradigmas éticos, estéticos e políticos. Essa leitura social apresenta as tecnologias históricas das mulheres negras na luta pela vida, enfatizando sua criatividade e solidariedade (Faria; Silva, 2021).

Notamos, em Fátima, um panorama abrangente e contextual de opressões e supressões (Collins, 2019a). Para Collins e Bilge (2021), a opressão se manifesta nos sistemas de controle, dominação e discriminação, apoiando-se em categorias sociais interseccionadas que derivam da identidade e **da** posição social dos mais diversos sujeitos. Fátima, originária do interior de Minas Gerais, confrontou simultaneamente diversas formas de opressão relacionadas **aos processos de racialização que atravessam sua** regionalidade, vulnerabilidade financeira, idade, pouca escolaridade e aspectos influenciados pelas dinâmicas de gênero. Essas opressões transpareceram na negação de direitos, na ausência de privilégios e nas oportunidades limitadas.

Já a supressão, por sua vez, foi observada nas estruturas de poder que podem silenciar e marginalizar certas vozes e perspectivas, especialmente as das mulheres negras (Collins, 2019a). No cenário, é evidenciada através da marginalização e desvalorização das necessidades, pensamentos e inclinações pessoais de Fátima, resultando na subalternização de suas experiências, **impulsionada** por estereótipos e narrativas predominantes, que influenciaram sua trajetória de vida e, conseqüentemente, as percepções sobre sua trajetória de vida e de trabalho.

Até aqui, as análises foram feitas respeitando a vivência da personagem, bem como as narrativas das entrevistas que deram corpo **a Fátima**. Contudo, é importante mencionar que a estrutura delineada, bem como as relações éticas, afetivas e institucionais ligadas ao trabalho de cuidado ou doméstico, escancara uma relação de práticas análogas à escravidão na rotina de Fátima. A interseção entre racismo e sexismo **fundamenta essa dinâmica**, sujeitando mulheres como ela a opressões interseccionadas, alvo tanto de discriminação quanto de violência (Gonzalez, 2020).

No contexto, o corpo da mulher negra foi estigmatizado pelas **lentes da hipersexualização, do trabalho braçal e da subalternidade**, perpetuando estereótipos e imagens de subjugação. A persistência dessa lógica colonial evidencia como a violência histórica do colonialismo e a hierarquização racial fundamentam opressões enfrentadas pelas mulheres negras, restringindo-lhes o acesso aos direitos (Damaris de Rezende; Maria Cristina Tárrega, 2021). Portanto, pautadas no feminismo negro, buscamos promover o reconhecimento e a valorização de todas as vidas, especialmente aquelas que, sumariamente, são destinadas a serem abandonadas e destruídas (Finch, 2022).

Assim, as representações colonialistas das mulheres negras como amas de leite, mucamas e mães pretas ainda ecoam no Brasil contemporâneo, sustentando-se tanto em estruturas sociais quanto em discursos culturais. Essas figuras, tradicionalmente citadas como símbolos da suposta harmonia racial brasileira, **operam, na verdade**, como dispositivos de subjugação. Como observa Caldwell (2007), **condensam** a contradição entre a intimidade forçada e a distância racial: embora essas mulheres exercessem papéis de afeto e cuidado dentro das famílias brancas, seus corpos e presenças eram marcados pela racialização e pela subalternidade.

Assim como Fátima, uma “mocinha” do interior, sem renda e família, muitas crianças negras, as chamadas “crias”, foram mantidas em lares brancos em condições análogas à **escravização**, privadas de educação formal e treinadas exclusivamente para o serviço doméstico e de cuidado. Enquanto essas meninas negras trabalhavam sem salário, os filhos brancos da mesma casa eram enviados à escola, reiterando a divisão racial do trabalho e do acesso ao saber. Essas práticas, enraizadas na lógica escravista, evidenciam como a exploração dos corpos e saberes das mulheres negras foi (e continua sendo) naturalizada sob a aparência de cuidado, afeto e convivência íntima (Caldwell, 2007).

Algumas reflexões, a título de conclusão

A Escrivência, portanto, nos remete à consciência e à memória. A consciência, nesse contexto, não é entendida como conhecimento pleno, mas como o espaço do desconhecimento produzido — onde operam o encobrimento, a alienação, o esquecimento e até mesmo formas de saber moldadas por discursos hegemônicos. É nesse campo que o discurso ideológico se manifesta, sustentando o que se impõe como verdade oficial. Por outro lado, a memória se apresenta como um lugar de inscrições que restitui histórias negadas, ocultadas ou não reconhecidas. Se a consciência impõe silêncios e normas, a memória reaparece como fissura **e fala através** das lacunas e contradições do discurso dominante (Evaristo, 2020).

Essa tensão entre consciência e memória configura o que Gonzalez (2020) nomeia como dialética — uma disputa entre o que se pretende apagar e aquilo que insiste em emergir. No caso das populações negras, revela o esforço contínuo da consciência hegemônica em apagar suas histórias. No entanto, a memória, com sua potência insurgente e astuta, permanece viva, resistindo nas margens, nas brechas e nos desvios da narrativa oficial. É por esse jogo que a história da “crioulada”, como afirma Gonzalez (2020), resiste — fala, mesmo quando tentam silenciá-la.

Desse modo, ao escrever Fátima, buscamos meios para refletir e repensar profundamente projetos de cuidado, assim como as formas pelas quais eles foram imaginados, legitimados, institucionalizados, vividos e violados ao longo do tempo e do espaço. Essa análise implica o reconhecimento das relações permeadas por desigualdades, que desafiam definições tradicionais e proporcionam uma forma de resistência política, especialmente em um contexto de violência antinegra e nos impactos da pandemia racializada global (Finch, 2022).

Em síntese, destacamos a desumanização dos sujeitos, a objetificação de seus corpos e identidades, bem como a coisificação de suas vivências, interpretadas como máquinas vivas. Nos debates entoados pela personagem Fátima, mas também nas memórias do presente e de nossas ancestrais, ressoa uma indagação: foi efetivamente abolida a era da escravização? Em resposta sucinta, com base nas reflexões de Collins (2019b) e Gonzalez (2020): não. Embora as mulheres negras tenham deixado de ser oficialmente designadas como escravizadas, a persistente sub-representação em papéis de cuidadoras, auxiliares e em funções **subvalorizadas e precarizadas** nos dias atuais, em trabalhos vulneráveis, invisíveis **e, algumas vezes, plataformizados**, **sugere** que as diversas manifestações de carreiras e ocupações desenvolvidas por indivíduos negros em espaços laborais mal remunerados **estão** longe de ser uma questão superada do passado (Collins, 2019b; Gonzalez, 2020).

Entender essas dinâmicas oferece oportunidades para romper com a violência histórica, promover a justiça racial e social, e proteger os direitos das mulheres negras. Ao auxiliar essa pauta, buscam-se meios para transcender a violência histórica do colonialismo, **desafiando a persistente hierarquização racial, de classe, gênero, localidade, sexualidade, dentre outras** (Rezende; Tárrega, 2021). Nessa perspectiva, assumimos papéis de sujeitos para reivindicar direitos e exercer autonomia sobre nossos corpos, desafiando estereótipos e imagens de subalternização. Promover essa ruptura contribui para uma sociedade mais inclusiva e equitativa, além de desafiar a violência histórica do colonialismo e da hierarquização racial (Collins, 2019b; Carneiro, 2019; Rezende; Tárrega, 2021; Gonzalez, 2020; Nadasen, 2021).

Referências

- ACCIARI, Louisa. "Practicing Intersectionality: Brazilian Domestic Workers' Strategies of Building Alliances and Mobilizing Identity". *Latin American Research Review*, v. 56, n. 1, p. 67-81, 2021.
- ALVES, Miriam Cristiane; SANT'ANNA, Ademiel de; IZIDORO-PINTO, Cecília Maria. "Mulheres pretas da Enfermagem: escrevivência atrevivida em oralitura na COVID-19". *Revista Estudos Feministas*, v. 31, n. 1, p. e83154, 2023.
- ANZALDÚA, Gloria. "Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo". *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 01, p. 229-236, 2000.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze. "Intersectionality and female domestic workers' unions in Brazil". *Women's Studies International Forum*, v. 46, p. 72-80, 2014.
- BROWNE, Irene; MISRA, Joya. "The intersection of gender and race in the labor market". *Annual review of sociology*, v. 29, n. 1, p. 487-513, 2003.
- CALDWELL, Kia Lilly. *Negras in Brazil: Re-envisioning black women, citizenship, and the politics of identity*. Rutgers University Press, 2007.
- CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. Selo Negro, 2015.
- COLLINS, Patricia Hill. "Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro". *Sociedade e estado*, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.
- COLLINS, Patrícia Hill. *Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica*. Boitempo Editorial, 2022.
- COLLINS, Patricia Hill. *Intersectionality as critical social theory*. Duke University Press, 2019a.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: Conhecimento, consciência e política do empoderamento*. Boitempo Editorial, 2019b.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Boitempo Editorial, 2021.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Boitempo editorial, 2016.

DUFFY, Mignon. “Doing the dirty work: Gender, race, and reproductive labor in historical perspective”. *Gender & society*, v. 21, n. 3, p. 313–336, 2007.

EVARISTO, Conceição. *A Escrivivência e seus subtextos*. Mina Comunicação e Arte, 2020.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de; SILVA, Adriana Alves da. *A potência do cuidado na feminização docente: divisão sexual do trabalho e politização feminista para atravessar a pandemia*. Humanidades & Inovação, v. 8, n. 61, p. 25-40, 2021.

FIGUEIREDO, Ângela. “Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial”. *Revista Tempo e Argumento*, v. 12, n. 29, p. 1–24, 2020.

FINCH, Aisha K. “Introduction: Black Feminism and the Practice of Care”. *Palimpsest: A Journal on Women, Gender, and the Black International*, v. 11, n. 1, p. 1–41, 2022.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. “Escrivivência: sentidos em construção”. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (Orgs.). *Escrivivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 58-73.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro; PINTO, Fábio Carlos Vieira; MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. “Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento o caso de São José do Rio das Mortes”. *Varia história*, v. 23, p. 184-207, 2007.

GUTIERREZ-RODRIGUEZ, Encarnacion. “Domestic work–affective labor: On feminization and the colonality of labor’. *Women's Studies International Forum*, v. 46, p. 45-53, 2014.

hooks, bell. *Feminist theory: From margin to center*. Pluto press, 2000.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *IPEA lança dados sobre trabalho doméstico e de cuidados no Brasil, em seminário que marca o Mês da Mulher*. Brasília, 2025. Disponível em

<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15668-ipea-lanca-dados-sobre-trabalho-domestico-e-de-cuidados-no-brasil-em-seminario-que-marca-o-mes-da-mulher>. Acesso em 18/04/2025.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Editora Cobogó, 2020.

MOLINIER, Pascale. “Cuidado, interseccionalidade e feminismo”. *Tempo social*, v. 26, p. 17–33, 2014.

MUNANGA, Kabengele. “Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia”. In: BRANDÃO, André Augusto; MUNANGA, Kabengele (Orgs.). *Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2004.

NADASEN, Premilla. “Rethinking care work:(dis) affection and the politics of caring”. *Feminist formations*, v. 33, n. 1, p. 165–188, 2021.

PARREÑAS, Rhacel. *Servants of globalization: Migration and domestic work*. Stanford University Press, 2015.

QUIJANO, Aníbal. “Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina”. *Estudos avançados*, v. 19, n. 55, p. 9-31, 2005.

REZENDE, Damaris Tuzino de; TÁRREGA, Maria Cristina Vidotte Blanco. “Colonialidade do corpo feminino negro: trabalho reprodutivo no período escravocrata brasileiro e justiça racial”. *Revista Videre*, v. 13, n. 27, p. 227-243, 2021.

TEIXEIRA, Juliana. *Trabalho doméstico*. Editora Jandaíra, 2021.

ZANOLA, Fernanda de Aguiar. “Escrevivência: O Cansativo Processo de Ser uma Outsider Interna na Pós-Graduação em Administração”. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 27, n. 5, p. e220354, 2023.